

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado (S.C)

Class.: 78

Data: 15 de setembro de 1987

Pg.: \_\_\_\_\_

## O outro Calha Norte

190

CHRISTIAN G. CAUBET  
Doutor em Direito e  
docente da UFSC

Um artigo com o título: *Calha Norte*, de autoria do Prof. Hélio Jaguaribe, publicado na *Folha de São Paulo* de 30/08, faz a apologia de um projeto que está sendo implementado pelo governo federal. Um projeto que foi examinado, sob suas múltiplas facetas, em um seminário realizado sob a égide do Comitê Interdisciplinar de Estudos sobre o Projeto Calha Norte, da Universidade Federal de Santa Catarina, de 26 a 28 de agosto. Durante sete sessões de palestras, mesas redondas e debates, representantes das mais diversas instituições e disciplinas científicas trocaram opiniões, reflexões e informações sobre as implicações do projeto governamental. Sociólogos, antropólogos, juristas, geólogos, ecólogos, médicos, politicólogos e engenheiros tentaram caracterizar os vários impactos do projeto. Contaram com a participação de representantes de várias instituições: dom Erwin Krautler, Bispo do Xingu e presidente do Cimi - Conselho Indigenista Missionário; Orlando Baré, da União das Nações Indígenas; e tantos outros: do Ministério da Cultura à Embrapa, da Coordenação Nacional dos Geólogos à Associação Brasileira de Antropologia, da Comissão pela Criação do Parque Yanomami ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Só faltou mesmo um representante do Conselho de Segurança Nacional. Apesar de ter sido convidado pelos organizadores do seminário (formalmente intitulado: "O Projeto Calha Norte: a política de ocupação de espaços no país e seus impactos ambientais"), preocupados em propiciar informações e considerações oriundas das mais diversas fontes, o general Rubens Bayma Denys não quis ou não pôde comparecer, nem se fez representar.

Se o professor H. Jaguaribe não tivesse assinalado que o Projeto, que comenta, resultou de "uma feliz iniciativa do general Bayma Denys, em meados de 1985", as conclusões alcançadas pelos participantes do seminário de Florianópolis pareciam formuladas a partir de outros texto e contexto. Com efeito, é com ansiedade crescente que foram trocadas as reflexões, comparadas as experiências e avaliadas as conseqüências do Projeto Calha Norte. Essas conseqüências são dramáticas para o meio ambiente e trágicas para as populações indígenas. Também levam a inegável pessimismo em relação à esperança de práticas governamentais mais democráticas.

Se passou "despercebido do grande público", o Projeto Calha Norte, é simplesmente porque foi formulado e está sendo implementado à revelia da opinião pública. A exposição de motivos que encaminha o projeto ao presidente da República insiste na necessidade de ele permanecer confidencial. Foi aprovado por um grupo de trabalho interministerial integrado por membros dos três ministérios militares, do Itamaraty e do Ministério do Interior. Não parece ter sido contemplada, concretamente, a possibilidade de convidar representações das unidades federativas da região amazônica.

Mais quais são os objetivos declarados do Projeto? São relacionadas oito "necessidades fundamentais e imediatas, julgadas prioritárias pela Secretaria Geral" do CSN: "a) incremento das relações bilaterais; b) aumento da presença militar na área; c) intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes; d) definição de uma política indigenista apropriada à região, tendo em vista, principalmente, a faixa da fronteira; e) ampliação da estrutura viária; f) aceleração da produção de energia hidrelétrica; g) interiorização de polos de desenvolvimento econômico; h) ampliação da oferta de recursos sociais básicos".

Nenhum desses objetivos merece objeções ou reparos *a priori*. Todos eles são esboços de soluções para as questões de toda ordem que afetam a região, quer considerada na sua singularidade, quer em relação ao conjunto do País. En-

tretanto, surgem dúvidas quando devidamente consideradas as condições atuais do processo sócio-econômico de *desenvolvimento* da Amazônia por um lado, e causam perplexidade os raciocínios que pretendem legitimar a implementação dos projetos especiais do Calha Norte, por outro lado.

Quanto aos processos sócio-econômicos, deve-se analisar as diversas formas de interação entre: meioambiente de extrema vulnerabilidade a qualquer interferência humana; populações indígenas que vivem em perfeita simbiose com seu *habitat*; existência provável de imensos recursos minerais; pressões cada vez maiores para a exploração desses recursos, onde quer que se encontrem (i.é.: mesmo que estejam em reservas indígenas); adversidade climática; dificuldades das comunicações e dos transportes.

Nesse contexto verifica-se que as nações indígenas são cada vez mais consideradas como obstáculos ao *progresso* tal como ele é definido pelos brancos. Em função desse enfoque e do movimento concreto de conquista da *fronteira* amazônica, essas populações perdem inexoravelmente, e em ritmo acelerado, seus meios de sobrevivência: a terra.

Mas também perdem a vida, por falta de amparo efetivo da União, proprietária de suas terras (art. 4º, IV, da atual Constituição), que lhes nega a plena capacidade jurídica. A Funai deixa de cumprir suas obrigações para com os índios; os garimpeiros invadem as reservas com a mesma brutalidade dos conquistadores de outros séculos; as terras indígenas não são demarcadas... É muita omissão para não caracterizar uma política deliberada de evicção. Ao considerarem a trágica aceleração da extinção de etnias inteiras, os participantes do seminário da UFSC esbarraram nas palavras que caracterizam essa realidade: etnocídio e genocídio.

Também devem ser examinados os raciocínios que levam à definição dos objetivos citados. Apoiam-se nos estereótipos da Doutrina de Segurança Nacional e misturam os mais variados argumentos geopolíticos, independentemente de qualquer racionalidade ou até verossimilhança. Afirma-se, por exemplo, que "a conhecida possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos aliada à presente conjuntura no Caribe podem tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul". O amálgama entre dados e problemas tão díspares e tão afastados uns dos outros só evidencia a confusão total que se faz entre as questões ideológicas, estratégicas e geográficas. O discurso da Segurança Nacional apela para os clichês mais reprisados da ideologia da Escola Superior de Guerra: "fortalecimento das expressões do Poder Nacional", "fatores adversos", "vivificação das fronteiras". Quanto à "susceptibilidade da Guiana e do Suriname à influência ideológica marxista", é duvidoso que tornem "vulnerável a soberania nacional". Mas não há dúvida de que esta formulação do problema já poderia ser interpretada como uma ingerência nossa em assuntos internos de países vizinhos, não menos independentes e soberanos.

Para resumir, verifica-se que são levados em consideração os casos mais hipotéticos de conflitos internacionais, porém deixados de lado os casos reais de conflitos internos existentes, por causa da cobiça dos mineradores e em prejuízo das nações indígenas. A magnitude e a premência dos problemas, que colocam em perigo a vida de dezenas de milhares de habitantes da Amazônia, requerem uma análise e um pronunciamento urgentes. E é óbvio que a importância das decisões políticas a serem adotadas requer a intervenção do legítimo representante de todos os segmentos da sociedade brasileira: o Congresso Nacional; inclusive porque lhe cabe, no presente momento, *constituir* a nova ordem societal, com base no respeito dos direitos de todos os grupos, mesmo que eventual e marcadamente minoritários, como são as nações indígenas.